

TRÂNSITOS LITERÁRIOS ENTRE BRASIL E PORTUGAL EM JORNAIS PARAENSES DO SÉCULO XIX

Maria Lucilena Gonzaga Costa Tavares (UFPA)¹

Germana Maria Araújo Sales (UFPA)²

RESUMO: Há quase dois séculos de Adesão da Província do Grão-Pará à Independência do Brasil, ainda transitam por esta região muitos laços – além do idioma e da história política e cultural – deixados pelos portugueses na antiga província paraense, e os jornais, que chegaram por aqui em 1822 sob tais circunstâncias, são importantes veículos que comprovam esse trânsito. Neste sentido, o jornal tem sido fonte documental, no qual encontramos parte da Historiografia Nacional, como também do conteúdo Literário no Pará, daí a importância de se investigar tais veículos. Em mais de uma centena de periódicos do século XIX, catalogados no setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana/CENTUR no Estado, selecionamos oito, referentes ao período das décadas de 1840 a 1870, época de maior acentuação de publicações do conteúdo investigado, quais sejam: *13 de Maio*, *Diário do Grão-Pará*, *Gazeta Oficial*, *Diário do Comércio*, *Jornal do Pará*, *A Província do Pará*, *Diário de Belém* e *O Liberal do Pará*. Destarte, este artigo visa apontar sob a temática “Trânsitos Literários entre Brasil e Portugal em Jornais Paraenses do Século XIX” elementos de sua problemática, bem como momentos de rupturas e continuísmo a fim de constatar e delimitar posições e tentar preencher lacunas inerentes à Historiografia Literária no Pará.

PALAVRAS-CHAVE: Trânsitos Literários. Jornais Paraenses. Século XIX.

Considerações Luso-Paraenses

Até o século XIX, em virtude de a província do Grão-Pará ter sido uma colônia portuguesa à parte na América, sua aproximação – tanto financeira quanto cultural – com as demais províncias “irmãs”, principalmente com a corte carioca, era preterida em favor das relações com o reino. Tal situação ocasionava reclamações constantes dos representantes locais e empenho pela autonomia paraense. Contudo, a Independência do Brasil, dissipou o desejo de emancipação do Grão-Pará em favor de sua anexação ao império brasileiro.

Assim, em 15 de agosto de 1823, ou seja, quase um ano após a Independência do país, e muitos conflitos entre os adeptos da independência da região e os fiéis à Coroa – antes portuguesa e, posteriormente, brasileira – o império brasileiro forçou a anexação da região, não restando alternativa ao Grão-Pará a não ser fazer parte da nova nação que se constituía.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará – PPGL/UFPA. Professora de Literatura Portuguesa da Universidade Federal do Pará-Campus do Tocantins/Cametá

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará – PPGL/UFPA.

Em 1835, dez anos após Portugal ter reconhecido a independência política do Brasil, aconteceu na província paraense a maior revolta popular do país, a Cabanagem, que se estendeu até 1840.

Ainda sob o ressentimento da “Adesão” é possível notar no discurso do deputado Bernardo de Souza Franco, publicado pelo jornal *Treze de Maio*, n.º 25 de 18/08/1840, a insatisfação perante o governo brasileiro, no que diz respeito a má distribuição de vagas para deputados bem como o descaso e o abandono em que a população paraense se encontrava: “a província tem cerca de 300.000 habitantes, dos quaes cerca de 160.000 são livres e civilizados, 40.000 escravos, e 100.000 Indios selvagens”, apesar disso “e no entretanto o Pará dá só 3 deputados!”. Vejamos parte do discurso no qual constatamos ainda mais indignação por parte do parlamentar paraense:

DISCURSO pronunciado pelo Exm.º Sr. Deputado Bernardo de Souza Franco na Sessão da Camara Geral Legislativa, dia 4 de junho deste anno.

(...) Senhores, eu tratarei particularmente da provincia do Pará, cujos interesses advogo. O nobre deputado disse que se não tem tratado de estatística: mas eu devo fazer ao meu antecessor na presidência desta provincia a justiça de declarar que quando eu cheguei ao Pará tinham-se expedido ordens para se tratar de verificar o censo da população, que já estava adiantado e continuando eu nessa importante diligencia, alguma cousa conclui, e pude conseguir mappas da população de quasi toda a provincia.

(...) Diminuindo, pois, em uns districtos, e augmentando em outros, correção de que eu julguei precisarem os mappas, vim à conclusão de que a provincia tem cerca de 300.000 habitantes, dos quaes cerca de 160.000 são livres e civilizados, 40.000 escravos, e 100.000 Indios selvagens, as quaes em verdade só se avalião por estimativa, e este he o calculo mais baixo que tenho visto e posso fazer dos Indios bravios do Pará, os quaes muita gente entendida na matéria eleva a 200.000.

(...) Considerando, pois, o Pará com 300.000 habitantes, devia ele ter 7 deputados, em relação ao Rio de Janeiro, que tem 441 mil habitantes, e dá 10 deputados; deveria dar 12 deputados, em relação ao Ceará, a quem se contão 200 mil habitantes e dá 8 deputados; devia dar 15 deputados, em relação á Parahyba e Alagoas, cujos habitantes se orção por 100 mil cada uma, e dão 5 deputados; e no entretanto o Pará dá só 3 deputados! (...) Mas dir-se-ha talvez que essas provincias tem progredido, ao passo que a do pará tem estado estacionaria;

A provincia do Pará está além disso tão distante da corte, são tão complicadas, tão importantes e tão numerosas as suas necessidades, que he mister que ella tenha maior representação para que algumas vezes não deixe de estar bem representada na casa, para que mais penetrantes vistas possam atender às suas precisoens. Pelo lado das rendas também não he o Pará de pouca consideração, e no ultimo anno financeiro, não obstante as desordens por que passou, não obstante, algum extravio de rendas que eu descobri e demostrei e procurei prevenir, e não obstante virem-lhe as fazendas estrangeiras pela mor parte despachadas em

Maranhão, ainda assim foi a sua renda provincial de 230.799\$524 reis arrecadados, ficando 24.570\$579 rs. Lançados, e por cobrar, e de renda geral 255.043\$681 rs. e se, como devera, fosse ella toda arrecadada, chegaria a 600.000\$ rs., o que já não he pouco para província que faz negocio só com seu interior.

(...) A sorte fuctura mesmo da província depende do melhoramento de sua representação, e eu ousou dizer que se a província tivesse sido bem representada sempre no numero de deputados, ella não teria talvez soffrido uma revolução que lhe fez passar por todos quantos horrores se podem imaginar, que a privou de creca de 10 à 12 mil habitantes, que só em perda positiva de propriedade, e sem contar cessação de ganhos, de interesses, de trabalho, não desce de 8 ou 10.000 contos de reis, e que ao thesouro gastou improductivamente além de 4 ou 5.000 contos de rs.

Ter-se-ião tomado medidas a tempo, a desordem não teria apparecido, ou teria sido soffocada em tempo, e o Pará não teria de chorar por largos anos lagrimas de sangue sobre tantos horrores. Eu peço pois a câmara que tome em considerações minhas razões, que veja e attenda a que o exemplo já está dado anteriormente com o augmento das deputação de algumas províncias, e que qualquer medida tomada para o Pará e mais províncias de que fallei não pode servir de regra às outras. (...).

(*Treze de Maio* n.º 25, 18/08/1840, pp 117-118)

Segundo o discurso, a província paraense encontrava-se prejudicada pelo menor número de deputados “em relação ao Rio de Janeiro, que tem 441 mil habitantes, e dá 10 deputados; deveria dar 12 deputados, em relação ao Ceará, a quem se contão 200 mil habitantes e dá 8 deputados; devia dar 15 deputados, em relação á Parahyba e Alagoas, cujos habitantes se orção por 100 mil cada uma, e dão 5 deputados”, o que causava menor desenvolvimento na região, como é asseverado no discurso: “Mas dir-se-ha talvez que essas províncias tem progredido, ao passo que a do Pará tem estado estacionaria”.

Também no referido texto é enfatizado o distanciamento da região em relação a capital do Império e às demais províncias: “A província do Pará está além disso tão distante da corte, são tão complicadas, tão importantes e tão numerosas as suas necessidades, que he mister que ella tenha maior representação para que algumas vezes não deixe de estar bem representada na casa”, e também “para que mais penetrantes vistas possam atender às suas precisoens”.

Obviamente, esse é um discurso cujo o apelo político para aumentar o número de deputados é latente, não obstante, por meio dele, podemos ter um panorama da situação política e econômica pela qual passava a província do Grão-Pará, pois segundo o parlamentar, apesar da boa arrecadação financeira, a região era vítima da má-distribuição de renda, pois “foi a sua renda provincial de 230.799\$524 reis arrecadados, ficando 24.570\$579 rs. Lançados, e por cobrar, e de renda geral 255.043\$681 rs. e se, como

devera, fosse ella toda arrecadada, chegaria a 600.000\$ rs.”, finanças significativas “para província que faz negocio só com seu interior”. Talvez o fato do Pará não negociar com outras regiões seja a causa de maior aproximação com o reino.

O tom político do discurso é também caracterizado por fatos passados no período da Cabanagem “que se a província tivesse sido bem representada sempre no numero de deputados, ella não teria talvez sofrido uma revolução que lhe fez passar por todos quantos horrores se podem imaginar, que a privou de cerca de 10 à 12 mil habitantes”, ou seja, se fossem adotadas “medidas a tempo, a desordem não teria apparecido, ou teria sido soffocada em tempo, e o Pará não teria de chorar por largos anos lagrimas de sangue sobre tantos horrores”. Pelo discurso, percebemos um ressentimento em relação falta de assistência da corte carioca.

A influência do parlamentar é notada, nesse jornal, pelo fato desse não ser o único discurso que o referido veículo publica, pois há vários do mesmo deputado. Em outro discurso do dia 10/10/1840 (*Treze de Maio*, n.º 41) o constituinte manifesta seu desabafo acerca do estado em que o Pará se encontrava, ele ainda reivindica: “Eu queria mesmo fallar do desleixo, do abandono em que tem estado a província do Pará quanto à força militar” e ressentido diz: “Eu olho para o futuro, em que o Pará pode ser governado de outra maneira, isto he, quando se principiari a colonisação, quando se estabelecer a navegação por vapor do Amazonas, quando a população toda se for entregando ao trabalho”. Nessa publicação, vemos a preocupação do parlamentar a respeito da navegação, que está para acontecer, da colonização da província (na maior parte portuguesa) e do desenvolvimento da região. Observemos parte dela:

RIO DE JANEIRO.
CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS.

Na sessão do dia 27 de Maio, discutindo-se a Lei da fixação das forças de terra, o Snr. Deputado Bernardo de Souza Franco em uma interessante discussão, disse:

Eu queria mesmo fallar do desleixo, do abandono em que tem estado a província do Pará quanto à força militar.

(...) Sobre as promoções na província do Pará, devo dizer que attribuo o se não ter com facilidade suffocado as desordens occorridas no Pará principalmente ao abandono em que o governo tem deixado ali a classe militar: quando rebentou revolução no Pará não havia 16 annos, não podendo continuar na carreira, que não lhes offerecia prospacto algum de adiantamento, pedirão baixa: outros forão para destacamentos longínquos, onde perderão até os últimos vestigios de brio, pundonor militar, e propensão para a guerra. Tem havido tão poucas promoções na província do Pará, que citarei o facto de um alferes que he official

desde 1820, tem servido muito bem, passou todo o tempo da guerra em operações no alto Amazonas, e quando veio o meu antecessor para o Pará o escolheu para a inspecção de patrulhas, encargo para o qual escolhia sempre pessoas da maior confiança e actividade.

He preciso que cesse o abandono, em que a classe militar tem estado na província do Pará, porque he preciso que o Pará tenha força militar. Eu olho para o futuro, em que o Pará pode ser governado de outra maneira, isto he, quando se principiar a colonisação, quando se estabelecer a navegação por vapor do Amazonas, quando a população toda se for entregando ao trabalho; então será tempo de dispensar a província a grande força militar que tem; mas emquanto o Amazonas não for navegado por vapor, emquanto a população se não tornar laboriosa, indispensável he que conservemos força para as nossas fronteiras, onde por mais de um ponto já o estrangeiro visinho ousou estabelecer-se para povoar esses imensos desertos. (...) O Pará a este respeito tem estado em perfeito abandono: as promoções se limitarão a meia dúzia de officiaes; e em quanto official houve que chegando em alferes voltou em major, muitos ficarão no Pará que são alferes há 16 annos, como vi de sua relação de conducta. (*Treze de Maio*, n.º 41, 10/10/1840)

Por fim, o deputado ainda denuncia “O Pará a este respeito tem estado em perfeito abandono: as promoções se limitarão a meia dúzia de officiaes; e em quanto official houve que chegando em alferes voltou em major, muitos ficarão no Pará que são alferes há 16 annos, como vi de sua relação de conducta”, o que remete a aventarmos que a relação dessa província com a corte carioca era bastante melindrosa.

Com esses excertos podemos demonstrar, ainda que rapidamente, a gama de informação possíveis de consubstanciar essas questões, o que ratifica que a província paraense carecia de assistência da corte justamente por estar deslocada da capital do novo império e continuar atrelada a Portugal.

Como podemos notar pelos fragmentos dos discursos citados, a primeira metade do século XIX, mormente a província do Pará, depois da Independência do Brasil, foi marcada por revoltas e reivindicações junto a capital do Império, haja vista que depois da Cabanagem o Pará ficou à mingua de recursos e assistência do Rio de Janeiro, então capital do país. Assim, não foi tranquila a “Adesão” à Independência brasileira, até porque os laços existentes com Portugal permaneceram atados por longa data.

Jornais Paraenses: Veículos Luso-brasileiros

Para tratarmos acerca da imprensa na província do Grão-Pará há que remontarmos o contexto político-social no qual ela foi inaugurada, pois conjuntamente a imprensa inseriu-se, também, os ideais revolucionários advindos da metrópole, pois era comum os

aqui “bem-nascidos” irem estudar em Portugal. Assim, juntamente com a bagagem intelectual traziam também o ideário jornalístico, muito em voga na Europa.

O jornalista Matias Molina (2015) ratifica a importância da imprensa para a consolidação da pátria brasileira:

Os jornais do período da Independência e da Regência são provavelmente os mais estudados da imprensa brasileira. Se nenhum outro período atraiu tanto a atenção dos historiadores foi, talvez, porque nunca os jornais foram tão decisivos para definir o futuro do país. Confrontavam-se projetos diversos para o Brasil, revelando concepções conflitantes do que deveria ser a nação. As escolhas feitas, os caminhos seguidos e a conformação política do país foram, em grande parte, resultado direto das polêmicas travadas pela imprensa, que contribuía decisivamente para a formação da nacionalidade e a preservação da integridade territorial. (MOLINA, 2015, p. 177)

Como sabemos, a implementação da imprensa no Pará ocorreu com Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente (1794 - 1866), paraense, estudante em Coimbra e partidário da revolução liberal do Porto, fundou, em 22 de maio de 1822, o primeiro jornal do Estado, intitulado *O Paraense*, cujo objetivo era a divulgação de constitucionalização, liberdade, e autonomia diante do domínio português.

Depois de quase duas décadas da chegada da imprensa por aqui, podemos constatar um número significativo de jornais catalogados em uma divulgação encontrada no *Treze de Maio* (08/05/1841, N.º 100), o qual informa pelo menos trinta e sete jornais, e ainda justifica que “alguns periódicos que não mencionamos seus primeiros números, é pela razão de não haver quem informe das datas com certeza”, enquanto que os outros “temos visto suas primeiras folhas, e das mais temos a certeza por informações de pessoas que ainda as conservam”. Dado bastante relevante e maior do que o disponibilizado pelo catálogo da Biblioteca Arthur Viana da Fundação Cultural do Pará, que é de cinco, aproximadamente, até essa data.

Os periódicos citados no catálogo são os seguintes, com suas respectivas datas de fundação: *O Paraense* (1822), *O Luzo Paraense* (1823), *O Independente* (1824), *O amigo da Virtude* (1825), *O Verdadeiro Independente* e *A Voz do Amazonas* (1827), *O Brasileiro Fiel a Nação e ao Imperador* e *Telegrapho* (1829), *O Sagitario*, *Correio do Amazonas*, *Orpheo Paraense*, *O Hemmedall*, *Opinião*, *Bellero-Phonte* e *Echo Paraense* (1831), *O Liberal*, *O Soldado Liberal*, *A Luz da Verdade*, *O amigo da Ordem*, *O Despertador*, *Paraguassú*, *O Publicador Amazoniense* (1832), *O Federalista Paraense* (1833), *O Vigilante*, *A Sentinella Maranhense na Guarita do Pará*, *O Desmascarador*, *O*

Correio Official, Diario do Conselho Provincial, O Mercantil (1834), *O Paquete do Governo e Sabatina* (1835), *Folha Commercial do Pará, Recompilador das Anedoctas* (1837), *Treze de Maio, Paquete Imperial* (1840), *Publicador Paraense e Correio d'Assemblea provincial do Pará* (1841).

Importa mencionar que além desses periódicos, era comum os paraenses assinarem jornais portugueses que vinham nos paquetes exclusivamente para seus assinantes, o que faz aumentar ainda mais o número de periódicos que circularam nesta província durante o século XIX.

Vejamos a divulgação do *Treze de Maio* (30/12/1840, N.º 64): “Quem quiser ser assinante do novo Periodico de Lisboa, intitulado – Universo Pitoresco – muito bem acreditado no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, queirão dirigir-se a Luiz Francisco Colares para lhe mandar vir de Lisboa as coleções”.

No jornal *A Província do Pará*, de 30 de abril de 1876, foi encontrado um anúncio intitulado *Portugal Cabelleira* em que se fazia a divulgação de obra que rememorava as façanhas portuguesas “que o braço feito às armas, como disse Camões, não se desnervou ainda” perante as mudanças ocorridas na modernidade.

PORTUGAL DE CABELEIRA

Por Alberto Pimentel.

Na maior parte dos casos, a cabeleira esconde a velhice, não a velhice amollentada com dolorosos achaques, e indifferente às alegrias do mundo, mas a que se sente ainda vivedoura, forte, crente, e conlúina com os olhos postos no futuro, a gloriosa serie das façanhas passadas. Portugal está exactamente n'estas condições. Tem a sua velhice de sete séculos, e portanto uma história de setecentos annos. A sua cabelleira representa, como geralmente acontece, antiguidade, commettimentos realisados, aventuras bem succedidas, proezas levadas a cabo, e ao mesmo passo denuncia que não está morto o coração, que o braço feito às armas, como disse Camões, não se desnervou ainda, e que a epopea, das suas conquistas e descobertas não é por enquanto o epitáfio inscripto sobre o tumulo d'um heroe. Ainda bem. Portanto escrevendo sobre o antigo Portugal, ainda florescente, não vamos exhumar um cadáver espetaculoso, sobre doloroso, repugnante, que bastaria a afugentar do conhecimento d'este livro os mais curiosos leitores. Vamos, simplesmente, levantar uma ponta do chinó, esmiunçar, com leveza que obste ao aborrecimento, as paginas de antigos usos, costumes, aventuras, tradições, chronicas. Sentados no velho canapé, que Bocage motejou, conversaremos velharias, soprando cautelosamente o caruncho dos séculos para que nos não empoeire o espirito com nuvens de tedio. Seo author consegue alguns velhos usam rememorar as façanhas da mocidade, haverá conseguido o seu fim, e, se o publico o escutar com aprazimento, dar-se-hia por bem pago de andar rebuscando em pergaminhos bolorentos umas certas antigualhas que explicam muitos costumes modernos.

À venda na Livraria dos Edictores. Tavares Cardoso & C^a.
Preço.....2\$000

No anúncio, o autor convoca a juventude a conhecer os feitos e a tradição de Portugal, um apelo à tradição, aos usos e costumes de nossos colonizadores que insistem em “andar rebuscando em pergaminhos bolorentos umas certas antigualhas que explicam muitos costumes modernos”, mesmo em um período em que se dizia que o brasileiro relutava contra a cultura lusa.

Alberto Pimentel, autor do texto, remonta as proezas lusitanas de mais de setecentos anos que precisam ser lembradas de modo a servir de exemplo aos mais novos, mormente aos brasileiros, e aos portugueses cabe “soprar cautelosamente o caruncho dos séculos para que nos não empoeire o espírito com nuvens de tédio”, ou seja, revitalizar cotidianamente sua cultura e tradição para que estas não sejam preteridas pela modernidade e aversão da nação que se constitui.

No jornal *Diário do Gram-Pará* foi publicado mais um texto de relevância para este trabalho, trata-se de uma crítica feita por meio de carta escrita pelo famoso português Antonio Feliciano de Castilho, acerca do livro *Os Cantos Matutinos*, publicação de Francisco Gomes de Amorim.

(...) Em seguida, transcrevemos a carta que o sr. Castilho dirigiu ao sr. Amorim, e por ella melhor sentirá o leitor os efeitos das palavras desse grande homem, que, traduzindo ao vivo as suas emoções, maior impulso dispensa ao adepto da sua crença na carreira da litteratura portuguesa, que tendo sido já tam enriquecida pelo fructo da vasta intelligência do mancebo, que vivendo entre nós, nos embates da vida commercial, affrontou todos os obstáculos para se transportar à sua cara pátria, para realisar os seus sonhos doirados, para ser, como hoje é, uma das bellas glórias de Portugal! O conceito que forma o sr. Castilho do discípulo de Garrett servirá para d’uma vez acabar de formar a reputação do jovem poeta, que talvez ainda encontre espíritos scepticos, que lhe deneguem a palma do gênio e da victória, o que inteiramente duvidamos. Nós sinceramente gratos à voz do canto, que nos saúda, para mais fazer sobresahir o nosso reconhecimento, achamos que, depois de quanto havemos dito, conseguiremos melhor o nosso fim com a transcrição da seguinte carta nas colunas do nosso jornal.

Carta de Francisco Gomes de Amorim.

Meu caro e excellentíssimo poeta – Esta sua prezada cartinha veio aumentar a confusão em que eu já estava, por lhe não haver ainda agradecido o presente de livro, e não só o presente, o contentamento muito real que me deu a sua leitura; (...) por cima de todos estes amores e de envolta com todos elles, ainda uma não sei que fragrância de terra natal, um soi do tão sincero e tão bom do legítimo falar da nossa gente,

e uns taes reflexos cambiantes de passadas glorias, que não quero que haja leitor portugûes, douto ou inculto, clássico, romântico, eclectico, seepitico, a não ser algum satyrico destes escalados e serem entranhas, que, acertando de abrir este livro em qualquer pagina deixe de prosseguir até o fim e, concluda a leitura, de o recommear. (...) *Os Cantos Matutinos* hão de ter seguidas e muitas edições, hão de ser seguidos de novas collecções poéticas da mesma pena; recomendo-lhe pois que aproveite para si e para nós, em quanto o correr do tempo, as mutações dos anos e o esfriamento da idade lh'as não apagam da memoria e do coração, aquellas scenas da natureza intertropical, verdadeiro paraíso ter real fantasias. Saiu do oceano coroadado de perolas, torne-se (um espirito só) torne-se a America, e volte-nos carregado das palmas que desdenhou colher. (...) De Vossa Senhoria admirador muito affectivo. Lisboa, &c.

A. F. Castilho.

(Diário do Gram-Pará, N.º 78, p. 2, 04/04/1860)

O texto aponta a aliança existente entre as literaturas produzidas o Brasil e em Portugal e a necessidade que o incipiente escritor Francisco Gomes de Amorim, residente no Brasil, mas pertencente a pátria portuguesa, sentia de submeter sua obra literária a um escritor há muito consagrado pelo Romantismo, em especial de Portugal.

Há que se atentar também para o fato de que o jovem mancebo, como pondera o texto, “affrontou todos os obstáculos para se transportar à sua cara pátria, para realizar os seus sonhos doirados, para ser, como hoje é, uma das bellas glórias de Portugal”, ou seja, ele escreve aqui, aqui se inspira, mas, por sua nacionalidade, torna-se mais um escritor de Portugal.

Pelo excerto, é possível perceber que o autor Antônio Feliciano de Castilho é quem irá chancelar a importância da obra do “discípulo de Garrett” e que este em sua obra apresenta “por cima de todos estes amores e de envolta com todos elles, ainda uma não sei que fragrância de terra natal, um soi do tão sincero e tão bom do legítimo falar da nossa gente, e uns taes reflexos cambiantes de passadas glorias” a ponto de seu mestre Castilho dizer não querer “que haja leitor portugûes, douto ou inculto, clássico, romântico, eclectico, seepitico, a não ser algum satyrico destes escalados e serem entranhas, que, acertando de abrir este livro em qualquer pagina deixe de prosseguir até o fim e, concluda a leitura, de o recommear”.

Ainda que o autor da carta considere a literatura brasileira apartada apenas territorialmente da literatura de Portugal, ele reitera ao poeta principiante que “saiu do oceano coroadado de perolas, torne-se (um espirito só) torne-se a America, e volte-nos carregado das palmas que desdenhou colher”, ou seja, daqui (Brasil) obtenha a inspiração necessária para publicar e receber os louros de Portugal.

Considerações Finais

Todo pesquisador de fontes primárias tem ciência da necessidade de se debruçar cada vez mais sobre seu objeto de pesquisa, pois sabe quão é importante ratificar, divergir, contestar e, mais ainda, encontrar dados, informações que possam servir de base para novos estudos ou mesmo avançar acerca daquilo que já se sabe ou pesquisa.

Diante disso, esse trabalho, intitulado “Trânsitos Literários entre Brasil e Portugal em Jornais Paraenses do Século XIX”, buscou ressaltar a contribuição dos jornais paraenses do século XIX para a (in)formação do conteúdo histórico-literário no Pará, província que relutou, literalmente, pela manutenção dos laços lusitanos.

Constatar, a primazia dos jornais, no que diz respeito ao trânsito estreito entre a província paraense e o reino português, reforça a nossa tese que, embora o Brasil já tivesse obtido sua independência política em relação a Portugal, pelo menos por aqui (pelo Pará), a persistência em manter atado o laço com o colonizador português, perdurou por longa data, muito além do que se tem propagado.

Assim sendo, por meio das fontes primárias, foi possível investigar, pela quantidade de publicações encontradas, de que maneira essas relações luso-brasileiras refletem na historiografia literária nacional. É pertinente considerar, também, a importância dessas folhas como veículos propagadores do conteúdo literário na Província do Pará. As informações transitavam de lá para cá e vice-versa e os periódicos eram os veículos que as transportavam!

Referências

ABREU, Marcia & SCHAPOCHNIK, Nelson. **Cultura Letrada no Brasil: Objetos e práticas**. São Paulo: FAPESP, 2005.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800/1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos, 1750-1880**. 12ª ed. São Paulo: FAPESP, 2009.

- COUTINHO, Afrânio. **A Tradição afortunada, o espírito de nacionalidade na crítica brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da Imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2003.
- MARTINS, Ana Luísa & LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- MENDES, José Sacchetta Ramos. **Laços de sangue: Privilégios e Intolerâncias à Imigração Portuguesa no Brasil (1822/1945)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.
- MOLINA, Matías M. **História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ROQUE, Carlos. **História geral de Belém Grão-Pará**. Atualização de textos: Antônio José Soares: Belém, DistribeL, 2001.
- SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político e revolucionário no Grão-Pará**. Belém: CEJUP, 1992.
- SARGES, Maria de Nazaré. **Entre mares: o Brasil dos portugueses**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. **O Império da Eloquência: Retórica e poética no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, EdUFF, 1999.